FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR E DROGAS

CONTINUING TEACHER TRAINING ON SCHOOL VIOLENCE AND DRUGS

João Manoel Garcia Alonso Filho[1]
Pedro Henrique Carnevalli Fernandes[2]

Resumo

A violência e as drogas são temas inter-relacionados e interferem negativamente no estudante e na instituição escolar, o que demonstra a necessidade de intervenção preventiva. As pesquisas revelam que uma parcela significativa dos estudantes já experimentou alguma substância psicoativa e que os episódios de violência estão presentes no cotidiano escolar. O objetivo geral deste artigo é refletir sobre a violência escolar e as drogas no ambiente escolar por meio da elaboração e implementação de um produto educacional para a formação continuada de docentes. A implementação ocorreu em uma escola pública estadual paranaense, localizada em Cornélio Procópio, no Norte Pioneiro do Estado do Paraná. Metodologicamente, contempla a pesquisa exploratória na abordagem qualitativa da educação, a elaboração e a implementação do produto educacional, incluindo a aplicação de questionários nos participantes, a ética na pesquisa e a metodologia de análise dos questionários e dos dados. A pesquisa aborda a violência escolar, o bullying, o cyberbullying, a formação continuada, as drogas e a análise da implementação do produto educacional. Como principais resultados, a pesquisa evidenciou que a formação continuada preenche lacunas curriculares, supera a insegurança dos docentes e desperta neles o protagonismo necessário para atuar como agentes ativos de prevenção.

Palavras-chave: Prevenção; Educação; Ensino; Bullying; Cyberbullying.

Abstract

Violence and drugs are interrelated issues that negatively impact students and the school institution, demonstrating the need for preventive intervention. Research reveals that a significant portion of students have already experimented with some psychoactive substance and that episodes of violence are present in daily school life. The objective of this paper is to reflect on school violence and drugs in the school environment through the development and implementation of an educational product for the continuing education of teachers. The implementation took place in a public

[1] Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Servidor da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) do Paraná.
[2] Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Colegiado de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

state school in Paraná, located in Cornélio Procópio, Paraná. Methodologically, it encompasses exploratory research using a qualitative approach to education, the development and implementation of the educational product, including the application of questionnaires to participants, research ethics, and the methodology for analyzing questionnaires and data. The research addresses school violence, bullying, cyberbullying, continuing education; drugs; and the analysis of the implementation of the educational product. The main findings of the research showed that continuing education fills curricular gaps, overcomes teachers' insecurity, and awakens in them the necessary proactivity to act as active agents of prevention.

Keywords: Prevention; Education; Teaching; Bullying; Cyberbullying.

Introdução

O tabaco causa a morte de mais de oito milhões de pessoas a cada ano no mundo, sendo que 1,2 milhão de mortes são de fumantes indiretos ou passivos que convivem com fumantes, portanto, o tabagismo é uma epidemia global que ameaça a saúde pública (Silva, 2020). Já o consumo de álcool matou, em 2016, 2,8 milhões de pessoas, segundo estudo envolvendo 195 países e 28 milhões de pessoas (Silva, 2020). No Brasil, a realidade não é diferente: pesquisas revelam que os problemas do álcool e de outras drogas atingem adolescentes, jovens e adultos, sendo que a primeira experimentação ocorre cada vez mais cedo (CEBRID, 2010).

Nesse sentido, este artigo, que se trata de um recorte de uma pesquisa de Mestrado em Ensino, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná, aborda a violência no ambiente escolar enquanto um tema associado às drogas. As pesquisas científicas apontam carência de projetos de prevenção às drogas e à violência nas escolas, como também destacam que ações pedagógicas escolares pontuais são menos eficientes que as intervenções integradas, permanentes e articuladas (Abramovay; Rua, 2002; Moreira; Vóvio; De Michelli, 2015).

As drogas e a violência são temas inter-relacionados entre si, apresentando, para Diniz et al. (2019), ações semelhantes de prevenção. Ambas interferem negativamente na instituição escolar, incluindo nos estudantes (D'Orazio et al., 2013). Diniz et al. (2019) constataram preocupante desinformação entre os estudantes do oitavo ano e do nono ano de uma escola pública, pois não consideravam drogas: bebidas alcoólicas (25% deles), cigarro de tabaco (11% deles) e drogas ilícitas e mais potentes, como maconha, cocaína e crack (10% deles). Isso demonstra a necessidade

de intervenção preventiva escolar. Para Diniz et al. (2019), uma parcela significativa dos estudantes já havia experimentado alguma substância psicoativa e os episódios de agressões física e verbal estavam presentes no cotidiano escolar havendo correlação entre uso de drogas e violência.

Como a inicialização do consumo de drogas vem ocorrendo muito precocemente no Brasil, ou seja, entre 13 e 15 anos de idade, a intervenção preventiva nessa fase é fundamental para a proteção de riscos futuros (Silva, 2020). Ainda sob o panorama da prevenção, Araújo e Ribeiro (2021) entendem que o papel da escola deve ser além do ensino dos saberes, ou seja, deve ser um espaço educativo de convivência e saúde.

O objetivo geral deste artigo é refletir sobre a violência escolar e as drogas no ambiente escolar por meio da elaboração e implementação de um produto educacional para a formação continuada de docentes. A implementação ocorreu em uma escola pública estadual paranaense, localizada em Cornélio Procópio, no Norte Pioneiro do Estado do Paraná.

Os objetivos específicos são: (i) identificar as produções teóricas acerca da temática; (ii) compreender os resultados da elaboração e da implementação do produto educacional para apoiar estratégias educacionais voltadas à prevenção ao uso das drogas e à violência escolar; e (iii) analisar o papel docente para a educação, para a paz, para a saúde e para os direitos humanos.

Portanto, amparada na literatura científica e no trabalho empírico, esta pesquisa aborda como a capacitação por meio de formação continuada de docentes supre lacunas para a intervenção escolar na prevenção às drogas e à violência escolar. Diniz et al. (2019) constataram que existência de violências e drogas entre os adolescentes no ambiente escolar exige formação continuada para garantir capacitação atualizada e permanente dos docentes.

O artigo está estruturado em cinco partes, além da introdução, das considerações finais e das referências: (i) encaminhamentos metodológicos; (ii) violência escolar; (iii) formação continuada; (iv) drogas; e, (v) resultados: análise da produção e implementação do produto educacional.

Diante desse contexto, busca-se colaborar com a formação continuada de docentes, de modo a proporcionar uma ampliação dos seus conhecimentos quanto à prevenção às drogas e à violência escolar e, igualmente, uma capacitação para a prevenção educacional e para a paz.

Encaminhamento metodológico

Os encaminhamentos metodológicos da pesquisa contemplam a pesquisa exploratória na abordagem qualitativa da educação, a elaboração e a implementação do produto educacional, incluindo a aplicação de questionários nos participantes, a ética na pesquisa e a metodologia de análise dos questionários e dos dados.

Inicialmente, a pesquisa realizou um levantamento bibliográfico para a construção do alicerce teórico. Nessa etapa, a metodologia adotada fundamenta-se em uma pesquisa exploratória na abordagem qualitativa da educação, apoiando-se em artigos, livros, teses, dissertações e, também, repertório legislativo para embasamento teórico na temática da prevenção às drogas e à violência escolar por meio de formação continuada de docentes. Essa metodologia possibilitou uma investigação em busca da familiarização com o problema de pesquisa para explicitá-lo, oportunizando a construção de novas hipóteses, especialmente quando o fenômeno que se estuda é pouco conhecido ou quando se pretende dar amplitude com nuances novas para a educação (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023).

A pesquisa exploratória com abordagem qualitativa busca estudos bibliográficos interpretativos que analisam artigos, livros, teses e dissertações no contexto educacional da pesquisa (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023). Uma abordagem qualitativa exploratória se desenvolve com mais abertura e flexibilidade, pois ajustes durante a pesquisa valorizam e aumentam a compreensão e as experiências dos envolvidos, surgindo, então, novas ideias, percepções, aplicações, conceitos e elementos para aprofundamento ou para novas teorias (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023). Esse tipo de pesquisa desempenha um papel formativo para o pesquisador, exigindo reflexão crítica, leitura sistemática da literatura e diálogo constante com o campo de estudo, tornando-se um passo fundamental na construção do conhecimento científico (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023).

Diante desse contexto, elaborou-se um produto educacional em forma de cartilha voltado para a formação continuada de docentes em uma escola pública estadual. Segundo Freitas (2021), o produto educacional vai além de sua forma, sendo definido pelo conteúdo, aprofundamento conceitual e estratégias didáticas adotadas, que visam responder a um problema educacional da realidade. Para Freitas (2021), a aplicabilidade do produto educacional deve ser implementável no contexto do ensino, logo, a sua utilidade é imperativa, diferenciando-o de um simples material

teórico, exigindo-se a conexão com o ambiente escolar ao qual se destina, considerando necessidades, limites e potencialidades dos participantes.

O produto educacional foi elaborado em três blocos: formação continuada, drogas e suas tipologias e a violência escolar. O primeiro bloco trata da formação continuada como forma de capacitação docente, uma vez compreendida como processo permanente, reflexivo e contextualizado. A formação continuada atualiza e amplia os saberes docentes, integra experiências prévias e promove trocas entre pares, fortalecendo práticas pedagógicas transformadoras. O segundo aborda as drogas psicotrópicas mais comuns na sociedade, focando nos malefícios ao usuário, nas consequências educacionais e nas estratégias educacionais para o enfrentamento e a prevenção. O terceiro bloco contempla a compreensão da violência escolar, incluindo não só as violências físicas tradicionais, mas agressões verbais, exclusões, preconceitos, falhas institucionais, e, principalmente, as microviolências.

A implementação do produto educacional ocorreu no início do ano letivo de 2026 em uma escola pública estadual localizada em Cornélio Procópio (PR). Metodologicamente, adotou-se o formato de roda de conversa, com disposição das carteiras em formato de círculo. Essa estratégia foi planejada para possibilitar maior proximidade, interação e reflexão, e para valorizar o papel do docente.

A roda de conversa no âmbito de uma pesquisa em educação possibilita uma construção conjunta de conhecimento a partir da troca de experiência, de ideias e dos saberes experienciais individuais (Costa, 2023). Adotando esse formato, o pesquisador faz uma intervenção horizontal que respeita e estimula os docentes para uma solução crítica e participativa, valorizando o engajamento e evitando a desmotivação comum em cursos tradicionais de capacitação (Costa, 2023).

Na implementação, inicialmente, os docentes participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a Cartilha (produto educacional), o Questionário I (preliminar), caneta e papel. Após abordar toda a cartilha, foi entregue o Questionário II (final) para preenchimento. No total, 24 docentes participaram.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) sob número 7.730.024. Os participantes tiveram total liberdade no preenchimento dos questionários (podendo responder ou não as perguntas e iniciar e parar a qualquer momento) e foram orientados a não colocar nenhuma forma de identificação ou de informação que pudesse identificá-los. Na

sequência, os questionários foram numerados/codificados. É fundamental destacar que a pesquisa não abordou questões pessoais sobre a vida dos participantes.

Quanto aos questionários, adotou-se o método quanti-qualitativo de avaliação e de análise, eficaz em pesquisas educacionais que envolvem temas complexos combinando numericamente os dados estatísticos com o peso da profundidade subjetiva dos docentes envolvidos na pesquisa (Souza; Kerbauy, 2017). O método quanti-qualitativo é indicado para pesquisas educacionais cuja compreensão é multifacetada em razão de diferentes dimensões, além disso, é relevante para pesquisas sobre temas sensíveis, uma vez que permite captar a frequência de eventos e, também, suas causas, percepções e significados para os sujeitos (Souza; Kerbauy, 2017).

A compreensão da violência escolar

Violência escolar é uma espécie do gênero das violências, ou seja, reflexo do fenômeno da violência social existente na sociedade (Galuch, 2020). Para Abramovay e Rua (2002), a violência escolar se trata de um fenômeno social que se manifesta nas escolas ou em seu entorno, afetando negativamente o ambiente, o processo pedagógico, a aprendizagem dos alunos e o bem-estar das pessoas envolvidas.

A violência escolar se manifesta de várias formas, conforme Abramovay e Rua (2002): física (agressões e brigas), verbal (ofensas e humilhações), psicológica (ameaças e exclusão), simbólica (preconceitos e discriminações), institucional (falhas de gestão e infraestrutura) e digital (cyberbullying e ataques virtuais). Sposito (2001) destaca que a violência escolar se manifesta de múltiplas formas: agressões físicas, verbais, depredações, perturbação da disciplina, conflitos interpessoais, mas também formas simbólicas de violência que afetam relações entre alunos, entre professores e alunos e entre escola e comunidade.

Para Charlot (2002), a violência escolar não é um fenômeno novo, mas, atualmente se apresenta com novas formas e maior visibilidade. O autor divide o conceito em três dimensões: violência na escola, violência à escola e violência da escola. A primeira se refere aos atos que ocorrem na escola, mas sem relação direta com a instituição; na segunda, as agressões são contra a escola ou seus integrantes; e na terceira, por sua vez, a violência é praticada pela própria escola contra os alunos, por meio de humilhações ou práticas injustas (Charlot, 2002).

Quanto às causas da violência escolar, Charlot (2002) aponta para fatores externos, como as desigualdades sociais, a violência social urbana e a desestruturação familiar, e fatores internos, como falhas na comunicação entre escolares, gestão autoritária e ausência de espaços legítimos de diálogo. Para o autor, a palavra e o diálogo são os principais meios de mediação escolar, logo, quando falham, abre-se espaço para respostas violentas.

No mesmo sentido, Sposito (2001) aponta fatores associados à violência escolar, sendo as condições externas, como desigualdades sociais, exclusão e infraestrutura escolar deficiente, e as condições internas, como fragilidade das relações interpessoais dentro da escola, falta de autoridade legitimada, espaços de convivência precários e deficiência no diálogo e na mediação de conflitos.

Para Charlot (2002), o combate à violência escolar faz-se necessário mais do que medidas disciplinares punitivas: repensar o papel da escola enquanto instituição educativa, valorizar o diálogo e adotar regras claras e justas. A formação docente deve incluir o estudo da violência, suas causas e formas de prevenção, preparando o docente para atuar de maneira reflexiva e mediadora (Charlot, 2002).

Schilling (2005) entende a violência escolar por meio da insegurança social. Para a autora, o medo coletivo não é somente sensação subjetiva, mas é reproduzido por práticas institucionais, pela mídia e até pelas políticas públicas que reforçam uma percepção de risco constante. Nesse sentido, a escola aparece integrada nessa teia social de vulnerabilidade em que a violência é tanto vivida quanto retratada e não isolada desse fenômeno (Schilling, 2005).

Nesse sentido, é preciso desconstrução e reconstrução para o trabalho educativo, sendo necessário desfazer concepções arraigadas sobre disciplina, autoridade e indisciplina e reconstruí-las por meio de práticas escolares que promovam convivência, coletividade e segurança simbólica (Schilling, 2005).

A solução para a violência escolar pode estar na própria escola. Segundo Abramovay e Rua (2002), são exemplos de ações nesse sentido: gestão eficiente e participativa, regras transparentes, diálogo como prática e ações pedagógicas inclusivas e saudáveis.

Tratando das respostas corretivas escolares, Schilling (2005) evidencia a necessidade de formas que vão além da simples punição, mas centradas em relações de reconhecimento, diálogo e participação dos estudantes. A autora destaca a formação docente, pois ela é relevante na preparação dos professores, tornando-os

aptos a detectar tensões, mediar conflitos e promover a inclusão. A escola dispõe de formas próprias de lidar com a violência escolar, não apenas por meio da punição, mas prevenindo-a com estratégias práticas pedagógicas e dialógicas (Schilling, 2005).

Priotto e Boneti (2009) defendem que as políticas públicas de prevenção à violência escolar devem articular ações pedagógicas, sociais e comunitárias, ou seja, a escola não pode enfrentar o problema sozinha: é necessário integração familiar, comunitária, de órgãos de proteção e políticas intersetoriais, de modo a criar uma rede de suporte que amplie as condições de segurança e convivência democrática.

Uma tipologia de violência muito recorrente no ambiente escolar é o bullying. O bullying se manifesta por meio de comportamentos agressivos, intencionais, repetitivos, sem motivação aparente, praticado por um ou mais alunos contra outro(s), causadores de dor, sofrimento ou angústia, executados dentro de uma relação desigual de poder (Fante, 2005; Galuch et al., 2020).

As violências contidas no bullying podem ocorrer na modalidade direta, pela ação, e podem ser físicas ou verbalizadas: as físicas são agressões produzidas por ações que provocam lesões corporais em suas vítimas, comuns nos chutes, pontapés, empurrões, murros e socos; as verbais, por sua vez, são os insultos, xingamentos e apelidos pejorativos, que são capazes de ofender e/ou humilhar (Galuch et al., 2020).

Existem ainda as condutas violências na modalidade indireta, que têm a finalidade de ofender, menosprezar ou humilhar por omissão, como intencionalmente fazer comentários depreciativos, deixar de lado alguém no grupo de colegas e excluir socialmente a vítima (Galuch et al., 2020).

Os envolvidos nos casos de bullying vão além de autores e vítimas: alcançam também os espectadores (chamados também de testemunhas). O valentão, “bully” em língua inglesa, é aquele que figura como agressor e tende a reproduzir em sua vida o comportamento violento, mesmo quando fora do ambiente escolar (Galuch et al., 2020). O agressor pode ter dificuldades de socialização e de convivência, aumentando ainda a probabilidade de práticas infracionais, dentre elas o envolvimento com drogas (Silva et al., 2013).

As vítimas de bullying podem apresentar problemas comportamentais que afetam seus relacionamentos, como sentimentos de medo e impotência (Zequinão et al., 2016). O bullying compromete a saúde mental e a saúde emocional das vítimas e gera baixa autoestima, ansiedade, depressão, isolamento social e, até mesmo, em casos de muita gravidade, ideação suicida, com isso, o rendimento e a frequência

escolar pioram e a falta de pertencimento ao grupo e a desnecessidade da escola para a vítima aumentam (Galuch et al., 2020). Mesmo após o encerramento das ações de bullying, por afetar a saúde mental, são comuns as vítimas apresentarem sequelas comportamentais (Zequinão et al., 2016).

As causas do bullying, além de fatores sociais, podem estar associadas a contextos escolares com pouca supervisão, carência de vínculos entre aluno, professor e escola, baixo rendimento, vulnerabilidades social, familiar e pessoal e consumo de drogas (Zequinão et al., 2016).

De modo geral, docentes sabem que o bullying é um problema, entretanto, não têm clareza de sua dimensão por desconhecimento de seus elementos (repetição de condutas, intimidação, hierarquia e desequilíbrio de poder), sendo que alguns acreditam que o bullying representa brigas e insultos (Silva; Rosa, 2013). A identificação e a intervenção tardias e a negação ou a minimização dos fatos banalizam e favorecem novas ocorrências (Silva; Rosa, 2013).

A ocorrência do bullying e suas consequências, para Silva et al. (2013), seriam menores caso houvesse uma maior capacitação docente para identificar, intervir e prevenir o bullying. Logo, práticas pedagógicas promotoras de respeito, empatia e diálogo constante, dentro e fora da sala de aula, têm o condão de proporcionar o ambiente mais seguro (Silva et al., 2013).

Fante (2005) aduz que para a prevenção do bullying é necessário ir além de práticas punitivas para obter melhores resultados. O envolvimento da comunidade escolar e da família, a capacitação de professores e os programas que promovam a tolerância e o respeito à diversidade são eficazes, assim como as atividades pedagógicas simples, como leituras, discussões e projetos coletivos (Fante, 2005).

No mesmo sentido, Silva e Rosa (2013) pontuam que a temática deveria ser incorporada na formação docente, tanto inicial, quanto continuada, desenvolvendo habilidades para os docentes atuarem nessas situações. Há pouco conteúdo específico sobre bullying na formação, logo, docentes revelam que seus conhecimentos decorrem mais da mídia, internet ou palestras, do que pelas disciplinas formais e/ou leituras científicas (Silva; Rosa, 2013).

Portanto, o enfrentamento ao bullying deve ocorrer por meio de regras claras, atividades que compreendem respeito mútuo, resolução dialógica de conflitos, ações de inclusão, apoio psicológico, ambiente de respeito e confiança e campanhas de conscientização e estímulo à denúncia por meio de canais seguros.

Outra forma relevante de violência escolar é o cyberbullying. Ele é compreendido, em uma visão simplificada, como o bullying manifestado por meio das tecnologias digitais, sendo a internet a principal delas. A tecnologia digital possibilitou intimidações virtuais potencializadas, extensão das intimidações físicas do bullying (Silva, 2023). O cyberbullying abrange agressões repetitivas, podendo ser aplicado por meio de redes sociais, e-mails, aplicativos ou plataformas digitais aumentando o potencial de intimidação e alcance violento, inclusive, prolongando seus efeitos no tempo pela possibilidade de indefinidos compartilhamentos, ainda que fora do ambiente e do horário escolar (Silva, 2023).

O ambiente virtual, sobretudo as redes sociais, ganhou espaço e importância no cotidiano dos estudantes. É evidente que os benefícios são grandes: pesquisas, compartilhamentos de conteúdos escolares, levantamento de informações, inovação do conhecimento e novos vínculos (Serenas, 2025). Entretanto, face sua complexidade, é também um campo fértil para a produção, o consumo e a propagação de conteúdos falsos, maldades e violências (Serenas, 2025). O ambiente digital também reproduz a violência de gênero (como o machismo e a misoginia), a violência étnica (como o racismo e a xenofobia) e a violência contra minorias (como a homofobia, o capacitismo e o etarismo), uma vez que reflete virtualmente comportamentos repetidos na sociedade sob sensação de anonimato.

Geralmente, as meninas são mais vulneráveis e enfrentam desde assédios até humilhações por padrões de beleza (Serenas, 2025). A objetivação do corpo feminino pode fazer com que alunos postem fotos do corpo das alunas como se fossem domínio público, sendo que na verdade se trata de uma violência contra a mulher (Serenas, 2025). As meninas negras são ainda mais vulneráveis aos impactos da violência digital (Valente, 2023).

Apesar de não deixar marcas ou lesões físicas aparentes, a intimidação digital pode impactar na saúde mental das vítimas (Serenas, 2025). Nesse sentido, alguns indicativos demonstram a possibilidade de ocorrência de cyberbullying: alterações comportamentais repentinas, isolamento, tristeza, choro, queda no rendimento escolar, evasão, mudança na forma de navegação nas redes sociais e até mesmo ideação suicida (Serenas, 2025).

Entretanto, o comportamento do “bully” também deixa rastro: ele demonstra hostilidade, desrespeito, agressividade, ridicularização de colegas, uso demasiado de redes sociais (hiperconectado), sigilo nas conexões e eventual participação em grupos

criminosos, de ódio ou de conteúdo extremista (Serenas, 2025). Dessa forma, é necessário e fundamental que a comunidade escolar reconheça e enfrente as violências facilitadas pelas tecnologias, promovendo ambientes digitais mais seguros e acolhedores, principalmente, para meninas (Serenas, 2025).

A prevenção do cyberbullying exige atenção redobrada que vai além das medidas disciplinares comuns. A juventude hiperconectada precisa de educação digital e suporte escolar fundamentais na prevenção (Flôres et al., 2022). Docentes devem ensinar educação digital nos currículos, medidas de proteção de dados, privacidade online e como evitar julgamentos e revitimização (Flôres et al., 2022). Atuando de forma integrada, gestores, docentes e pais devem prestar atenção no comportamento dos estudantes, intervir para promover o respeito e a responsabilidade digital e atuar na redução de danos (Flôres et al., 2022).

Silva (2023) sugere que educadores devem ser capacitados para identificar sinais de vitimização e agressão online entre os alunos, promovendo diálogos sobre uso responsável da internet e incentivando a empatia e o respeito. O envolvimento da gestão escolar e da comunidade é crucial para estabelecer protocolos de ação diante de casos identificados, garantindo suporte emocional às vítimas e medidas de responsabilização aos agressores (Silva, 2023). Nesse sentido, a formação continuada é essencial na compreensão do fenômeno e no seu enfrentamento.

Formação continuada como capacitação de docentes

A formação continuada docente deve ser compreendida como um processo contínuo e articulado na aquisição de saberes para o contexto escolar (Pinto; Barreiro; Silveira, 2010). Não é algo estanque e limitado a cursos esporádicos, mas um processo de reflexão crítica sobre o conhecimento e a prática pedagógica, permitindo ao docente ressignificar sua atuação (Pinto; Barreiro; Silveira, 2010).

Para Tardif (2014), o conhecimento dos docentes não é algo pronto e acabado, estático, pelo contrário, se trata de um repertório histórico, plural e que evolui gradativamente ao longo da carreira. Nesse contexto, a formação continuada é essencial na atualização e expansão dos saberes necessários a prática docente e permite que docentes alcancem conhecimentos científicos, pedagógicos e sociais para suas aulas (Tardif, 2014).

A formação continuada leva em consideração experiências pessoais adquiridas previamente, compartilhando-as dialogicamente com pares na construção coletiva de conhecimento em busca de formação de projetos pedagógicos escolares transformadores na aprendizagem dos alunos (Pinto; Barreiro; Silveira, 2010). Nesse contexto de capacitação, a formação continuada deve conter conteúdos significativos de aprendizagem para os docentes refletirem sobre a própria prática de acordo com seus conhecimentos, e, ao mesmo tempo, apresentar novas estratégias e metodologias, aprofundando e diversificando seus saberes (Tardif, 2014).

A importância da formação continuada docente repercute também no ganho de conhecimento coletivo, ou seja, na troca de conhecimento entre pares (Tardif, 2014). O compartilhamento de saberes individuais implica em ganho coletivo, o que fortalece o profissionalismo da categoria, com isso, os docentes ganham novos saberes pelo curso em si e pela interação e reflexão coletiva com outros profissionais (Tardif, 2014).

Moreira, Vóvio e De Micheli (2015), pesquisando sobre drogas, realizaram encontros formativos entre docentes no levantamento das percepções, dos conhecimentos prévios, de eventuais dificuldades e dos saberes existentes. A formação continuada docente é vista como elemento fundamental para que a escola desempenhe eficazmente a prevenção ao uso abusivo de drogas (Moreira; Vóvio; De Michelli, 2015). O aprimoramento e a atualização são condições necessárias para a relevância do papel docente crítico e contextualizado, principalmente, em temas delicados, como o enfrentamento às drogas e à violência escolar (Moreira; Vóvio; De Michelli, 2015).

A formação continuada, com técnicas e métodos específicos, é capaz de embasar as abordagens da temática e, também, proporcionar condições do docente atuar sensível às demandas dos alunos e às realidades sociais das escolas (Moreira; Vóvio; De Michelli, 2015). Além disso, habilita o docente a reorganizar crenças, revisar concepções preconcebidas sobre drogas e sua respectiva prevenção, conhecer melhor os modelos de como prevenir eficazmente, as metodologias de educação para a saúde, as teorias sobre fatores de risco e de proteção, entre outras formas de intervenção escolar, permitindo que adquiram novos saberes (Moreira; Vóvio; De Michelli, 2015).

A prevenção na escola exige educador intervencionista, ou seja, que age de acordo com as diferentes situações e que tem convicção e consciência da importância

do seu papel (Moreira; Vóvio; De Michelli, 2015). O docente precisa dispor de saberes, habilidades e competências em sua prática (Tardif, 2014). O repertório de saberes é obtido não apenas na formação do docente (saberes disciplinares), mas também na prática em sala (saberes experienciais) em um processo contínuo (formação continuada), conforme Tardif (2014).

Para Moreira, Vóvio e De Michelli (2015), os docentes devem ter preparo suficiente para lidar com a prevenção ao uso abusivo de drogas de forma crítica, no entanto, muitos não se sentem seguros para tratar da temática e, além disso, transferem tal iniciativa para outras instituições. Existem, também, outras lacunas: falta de tempo, sobrecarga de trabalho e atividades, carência de apoio institucional, carência de recursos materiais e pessoais e insegurança sobre quais estratégias e conteúdos deva usar (Moreira; Vóvio; De Michelli, 2015).

A capacitação docente deve alinhar conhecimento técnico-científico com metodologias pedagógicas mais participativas e menos moralistas, impositivas e repressivas (Moreira; Vóvio; De Michelli, 2015). Bezerra et al. (2020) indicam que a formação continuada de professores é essencial para que eles estejam preparados para reconhecer sinais precoces e intervir de maneira pedagógica e não punitiva, criando oportunidades de diálogo e apoio aos alunos em situação de risco.

Ainda no contexto formativo, é importante também utilizar as abordagens da legislação, contemplando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei do Bullying, a Lei de Internação Compulsória e a Lei de Proteção à Infância e Adolescência.

A LDB, Lei nº 9.394/1996, dispõe: “IX – Promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; X – Estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas; e, XI – Promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas” (Brasil, 1996, Art. 12).

Na BNCC, a Competência 5 (Brasil, 2018) aborda a cultura digital, uma educação para a navegação segura e responsável, prevenindo os estudantes de riscos com eventuais acessos, criação e compartilhamentos de conteúdos maldosos, mentirosos, falsos, privativos, íntimos e criminosos. A Competência 8 da BNCC (Brasil, 2018) orienta sobre o papel do docente no desenvolvimento da capacidade de autocuidado nos estudantes, fundamental na prevenção e no combate às drogas.

A Lei do Bullying (Lei 13.185/2015) criou o programa de prevenção e de combate à intimidação sistemática (bullying e cyberbullying) no Brasil por meio da capacitação de docentes e equipes pedagógicas. Alguns dos objetivos do programa estabelecido na lei são temas abordados nesta pesquisa: prevenção de intimidação sistemática (bullying e cyberbullying), capacitação continuada de docentes, campanhas educativas, promover cultura da paz, dar preferência a medidas educativas às punitivas e combate às violências (Brasil, 2015).

A Lei de Internação Compulsória (Lei nº 13.840/2019) disciplina o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), regulamentando a internação compulsória de usuários de drogas. Essa normativa tem implicações ao reforçar o papel das escolas na implementação de ações preventivas relacionadas ao uso de drogas e à necessidade de articulação e integração entre diferentes áreas e setores envolvidos com o tema das drogas (Brasil, 2019).

A Lei de Proteção à Infância e Adolescência (Lei nº 14.811/2024) instituiu um protocolo de medidas de proteção no ambiente escolar, prevendo capacitação continuada de docentes, comunidade escolar e população do entorno escolar. A lei aumentou as penas para os homicídios ocorridos em ambiente escolar e seu entorno e, além de outros dispositivos, acrescentou formalmente no Código Penal o crime de bullying e de cyberbullying (Brasil, 2024).

Portanto, observa-se protagonismo pedagógico-educacional para prevenção às drogas e à violência escolar. Além disso, prevê também a interdisciplinariedade e transversalidade do tema, bem como a necessidade de capacitação da comunidade escolar, incluindo o tema das drogas psicotrópicas.

As drogas psicotrópicas

Drogas psicotrópicas são substâncias que ao serem introduzidas no organismo interferem no funcionamento do Sistema Nervoso Central (SNC), diminuindo (quantitativamente), aumentando (quantitativamente) ou perturbando (qualitativamente) sua atividade (CEBRID, 2010). É importante pontuar que drogas psicotrópicas não são apenas substâncias proibidas, ou seja, diversas delas são liberadas ao consumo e à venda, como o cigarro de tabaco e as bebidas alcoólicas.

Evidentemente, existem inúmeras drogas, como outras novas surgem, no entanto, esta parte do artigo contempla as mais comuns e que mais afetam os

estudantes: álcool, solventes e inalantes, tabaco, narguilé, cigarro eletrônico, cocaína, crack, maconha, drogas k e ecstasy.

O álcool etílico é o princípio ativo da substância que está presente em bebidas que contém álcool em sua formulação, como a cerveja, o vinho, a cachaça, o uísque e a vodca (CEBRID, 2010). O álcool atua no SNC deprimindo-o, diminuindo sua atividade, por isso, é uma droga psicotrópica (CEBRID, 2010). Ele é considerado a droga mais consumida mundialmente e é muito comum entre os estudantes (CEBRID, 2010). Algumas consequências do uso de bebidas alcoólicas: alcoolismo, aumento da probabilidade de desenvolvimento de ansiedade e depressão, dificuldade de memória, atenção e aprendizagem, despreocupação com as consequências de seus atos, irritação, envolvimento em brigas, crimes, faltas e atrasos no trabalho ou na escola, queda no rendimento e/ou evasão escolar, entre outros (CEBRID, 2010).

Os solventes ou inalantes são substâncias voláteis, ou seja, que evaporam facilmente, como o tíner, a gasolina, a cola de sapateiro, o lança-perfume, a acetona e o esmalte, e se inalados são considerados como drogas, pois diminuem o funcionamento do SNC (CEBRID, 2010). Os solventes e inalantes estão associados à morte de neurônios, perda de memória e dificuldade de concentração, e podem causar dependência, tolerância e crise de abstinência (CEBRID, 2010).

O tabaco se trata de um vegetal usado para fumar, cuja forma mais consumida no mundo é por meio de cigarros, charutos e cachimbos (Malta et al., 2024). A nicotina é o princípio ativo responsável pela alteração no funcionamento do SNC, estimulando-o, logo, é uma droga psicotrópica, que provoca alterações comportamentais e de humor (CEBRID, 2010). Esse hábito de fumar causa o que se denomina de tabagismo e a convivência de pessoas não fumantes com fumantes expõe-nas aos malefícios (Malta et al., 2024). Segundo Klein et al. (2021), os adolescentes são levados ao tabagismo, principalmente, por influência de amigos (68%), familiares (8%) e mídia (7%), e o consumo vem associado, principalmente, ao “uso de bebidas alcoólicas” (11,8%), à “ansiedade ou tristeza” (10,3%) e à “alegria” (10,6%). Em crianças e adolescentes a dependência é mais rápida e intensa, sendo que o tabagismo está associado a menor rendimento escolar, baixo desempenho cognitivo e aumento da evasão escolar (Klein et al., 2021).

Existem dispositivos para fumar, como o narguilé. Ele, geralmente, é aromatizado e disposto em um pequeno recipiente com um carvão incandescente em cima, sendo que a fumaça é aspirada por uma mangueira comprida, entra em um

recipiente com água e inalada na sequência (INCA, 2018). No senso comum, há o pensamento de que o narguilé é inofensivo, porém, sua alta concentração de nicotina e demais compostos tóxicos e cancerígenos permanecem, ou seja, uma rodada de 60 minutos equivale ao consumo da fumaça de 100 cigarros (INCA, 2018).

A indústria do narguilé reinventa formas (tamanho, formato das garrafas, mangueiras, biqueiras, cores e sabores) para atrair o público jovem, cujo acesso às inovações, descobertas e aquisições ocorre por meio do auxílio das tecnologias digitais (INCA, 2019). O início do uso está na faixa de 13 e 15 anos de idade, cuja fator motivacional para a experimentação está ligado aos conflitos familiares e à influência de amigos e familiares (Klein et al., 2021).

O cigarro eletrônico, popularmente conhecido como Vape, trata-se de outro tipo de dispositivo para fumar (INCA, 2024). Diferentemente do cigarro tradicional e do narguilé, os gases no cigarro eletrônico são produzidos por vaporização, sendo que a fumaça pode ser aromatizada (INCA, 2024). Geralmente, os cigarros eletrônicos contêm nicotina em forma líquida e ela é o princípio ativo que atua no SNC como droga psicotrópica, pois altera seu funcionamento normal (Klein et al., 2021). O cigarro eletrônico é comum entre os adolescentes, cujo início do uso ocorre dos 13 aos 15 anos de idade (Klein et al., 2021). Esse dispositivo vem ganhando popularização entre jovens, sobretudo, pela falsa informação de que são menos prejudiciais à saúde do que os cigarros tradicionais (Malta et al., 2024).

Abordando substâncias mais pesadas, a cocaína trata-se de uma droga psicotrópica que aumenta a atividade do SNC, estimulando-o; geralmente, apresenta-se em formato de pó (para ser aspirada), entretanto, há possibilidade de uso endovenoso, pouco utilizado no Brasil (CEBRID, 2010). O uso contínuo da cocaína está associado à agitação, irritabilidade, delírios de perseguição, alucinações auditivas, falsa sensação de poder, taquicardia e aumento da pressão arterial, dependência física e psicológica, depressão profunda, lesões nas narinas de usuários que a aspiram, risco de acidentes, agressividade, comportamentos violentos e suicidas, emagrecimento exagerado, arritmia, desejo incontrolável de repetir a dose, overdose, infarto e acidente vascular cerebral (CEBRID, 2010).

A cocaína dá origem ao crack, que se trata de uma droga extremamente forte, cuja apresentação ocorre em formato sólido, geralmente em pequenas pedras que são fumadas em cachimbos improvisados (CEBRID, 2010). Ela gera um alto potencial de dependência e fissura, ou seja, desejo incontrolável de repetir o uso, podendo

causar depressão, irritação e agressividade, delírios e alucinações visuais, lesões na boca, gengivais e problemas no trato respiratório (CEBRID, 2010).

Nessa lista de substâncias, a maconha é uma droga ilícita, cujo princípio ativo é o Tetrahidrocanabinol (THC), e é apresentada de diversas formas, sendo pedaços de erva prensada a mais comum (CEBRID, 2010). A maconha foi a droga ilícita mais consumida no mundo em 2016, segundo o Relatório Mundial sobre Drogas (UNODOC, 2018). No pulmão, a maconha é absorvida e por meio da corrente sanguínea gases tóxicos e nicotina são levados ao SNC, perturbando-o (CEBRID, 2010). O uso da maconha traz preocupações específicas na área educacional, pois o uso contínuo de THC atinge a área cognitiva do cérebro, ocasionando prejuízos na concentração, memória e aprendizagem, logo, prejudica o despenho escolar (CEBRID, 2010). Esse psicotrópico é uma das drogas ilícitas mais consumidas no Brasil (CEBRID, 2010), sendo que, no contexto escolar, está muito presente e associada à queda no rendimento, evasão, desmotivação e menor engajamento, contribuindo ainda para a violência, o bullying e a fragilização da escola.

Segundo Alves, Spaniol e Linden (2012), as Drogas K são substâncias tidas como canabinoides sintéticos, ou seja, imitam os efeitos psicoativos da maconha, porém, potencializados, e abrangem diferentes estruturas químicas, como indóis, ciclo-hexilfenóis e dibenzopiranos, sendo alguns desses compostos até 100 vezes mais potentes que o THC presente na maconha natural. As Drogas K foram criadas para burlar legislações vigentes, por isso, integram a categoria de drogas de síntese ou *designer drugs* e são substâncias nocivas com efeitos psicoativos intensos: podem gerar alucinações, confusão mental, agressividade, convulsões, hipertensão, infarto no miocárdio, psicose grave, coma e morte (Alves; Spaniol; Linden, 2012). Essas novas substâncias, por serem desconhecidas do público em geral, são geradoras de preocupação governamental ainda maior, tanto é que integram o Subsistema de Alerta Rápido sobre Drogas (SAR) para monitoramento de substâncias emergentes da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Brasil, 2022).

O ecstasy trata-se de droga sintética, quimicamente chamada de 3,4-metilenodioximetanfetamina, comumente encontrada na forma de comprimidos, também chamados de balas (CEBRID, 2010). Atua no SNC, perturbando-o, produzindo efeitos estimulantes e alucinógenos, aumentando, assim, a sensibilidade visual e musical (CEBRID, 2010). É uma droga muito comum em baladas e festas musicais e conta com um perigo extra: os comprimidos podem ser acrescidos de

outras substâncias. Os seus efeitos podem gerar aumento da temperatura corporal, retenção de líquidos, depressão, fadiga e insônia, hiponatremia grave, com coma ou até morte (CEBRID, 2010).

Produto Educacional: cartilha sobre prevenção às drogas e à violência escolar

Esta parte do artigo aborda os resultados do produto educacional e a análise estrutura-se em três momentos: (i) os resultados alcançados com a aplicação do Questionário I, ou seja, antes do início da implementação; (ii) os resultados com a implementação em conjunto com as anotações da pesquisa; (iii) os resultados após o encerramento da implementação por meio das respostas do Questionário II.

No primeiro momento, inicia-se pelo perfil do tempo de docência dos participantes: 21% tinham até cinco anos de atuação no magistério, 4% possuíam entre cinco e dez anos de magistério e 75% tinham dez anos ou mais de magistério. Logo, se trata de um *corpus* experiente no ensino.

Em relação à presença das temáticas nos currículos de formação, os dados revelaram um cenário preocupante, corroborando com a literatura sobre a existência de lacuna. Na formação inicial, 88% dos participantes declararam ter tido pouco ou nenhum contato com as temáticas violência escolar e prevenção às drogas. A autoavaliação qualitativa acerca das práticas docente confirma a constatação deficitária: 67% dos participantes avaliaram sua formação inicial sobre os temas desta pesquisa como regular, ruim ou péssima.

Quando questionados se tiveram alguma capacitação na formação continuada, que, em tese, deveria trocar saberes experienciais e inovar diante dessas novas demandas sociais, 83% dos docentes afirmaram ter tido pouco ou nenhum conteúdo sobre as temáticas violência escolar e prevenção às drogas ao longo da trajetória profissional. Na formação continuada, 63% mantiveram a autoavaliação sobre as práticas como regular ou ruim, ou seja, apenas um participante percebeu uma melhora – comparando a inicial com a continuada – na sua formação.

Se por um lado, o corpo docente participante apontou ser carecedor de embasamento teórico, acadêmico e normativo sobre violência escolar e enfrentamento às drogas, por outro lado, a percepção empírica da própria prática acerca desses fenômenos revelou compreensão de que a violência escolar prejudica o desempenho escolar no ensino e na aprendizagem.

Nesse contexto, em uma escala de zero a dez para mensurar o nível de prejuízo percebido pelos professores, os resultados demonstraram um cenário claro de impacto negativo: 100% dos participantes atribuíram nota máxima (10) quanto ao prejuízo causado pelo uso de drogas e pela violência escolar no desempenho escolar dos alunos e 96% atribuíram nota 10 e 4% nota 9 quanto ao prejuízo que a violência escolar causa ao próprio trabalho docente. Já sobre os problemas em sala de aula relacionados à violência escolar, 42% dos participantes tiveram "muitos problemas", 46% relataram "poucos e raros problemas" e 12% não registraram nenhum problema.

Outro achado relevante e que justifica amplamente a necessidade de um material didático prático e direto sobre a temática reside na autoavaliação do conhecimento do docente sobre drogas psicotrópicas, pois houve confusão na identificação dessas substâncias, inclusive quanto às substâncias mais pesadas.

De modo geral, 13% dos participantes alegaram possuir “total compreensão” sobre a temática das drogas, enquanto 71% indicaram “pouca compreensão” e 13% “nenhuma compreensão”. Quando questionados com uma lista quais substâncias efetivamente consideravam como drogas psicotrópicas, os resultados revelaram: 42% não consideraram o tabalo, 42% não consideraram o narguilé, 42% não consideraram o cigarro eletrônico, 21% não consideraram a bebida alcoólica, 21% não consideram a maconha, 21% não consideram o crack e 12% não consideraram a cocaína. As hipóteses para essa não consideração pode estar em vieses sociocultural e midiático que confundem a distinção entre ciência e senso comum e prejudicam as ações.

No ambiente educacional, essa falha de conhecimentos técnico e conceitual representa um perigo prático relevante, pois como aponta a própria literatura, o álcool e o tabaco são as principais portas fisiológicas e sociais de acesso à dependência química na juventude. Além disso, impactam e podem gerar maiores prejuízos educacionais e na aprendizagem. Nesse cenário, se o docente não reconhece o cigarro eletrônico (Vape) e o narguilé como drogas psicotrópicas, cujos malefícios da nicotina ainda são maiores em um cérebro em formação, a sua capacidade de argumentação, prevenção e desconstrução do apelo midiático e mercadológico junto aos estudantes é imensamente prejudicada, impactando diretamente nas ações diárias em sala de aula.

Essa desconexão explica profissionais experientes terem dificuldades em tratar do tema, como constatado nesta análise: 29% dos participantes apontaram muita dificuldade em tratar do tema da violência escolar e das drogas, prejudicando

as abordagens e as práticas. A conclusão do questionário inicial revelou que 79% “gostariam totalmente” e 21% “gostariam parcialmente” de ter disponível um curso de formação continuada abordando a prevenção à violência escolar e às drogas

Na sequência, inicia-se o segundo momento da análise, abordando a implementação do produto educacional. Esta parte contempla o clima, os desabafos, as perguntas, as exposições de casos ocorridos na prática docente, as surpresas decorrentes da construção conjunta de conhecimento na roda de conversa e as transformações na forma de pensar que ocorreram durante a implementação. Por isso, esse momento é fundamental para uma análise mais qualitativa e para o aprofundamento do ponto de vista do pesquisador e de suas observações.

A decisão foi tentar fugir do formato tradicional e engessado de capacitação por meio de palestra formativa com o pesquisador executando a fala e os demais apenas escutando passivamente. Desde o início, formatou-se a aplicação para ser interativa, crítica e que valorizasse o repertório de saberes dos docentes. Com a chegada à sala da escola, as carteiras foram organizadas em formato de círculo, ao adotar esse formato foi possível criar um clima horizontalizado, valorizando os saberes da experiência de cada participante.

No início dos trabalhos foi possível notar a presença maior de docentes experientes na sala de aula. Alguns com expressão facial de receio, apresentando certa desconfiança no olhar, e em silêncio diante da expectativa. Esse sentimento de desamparo e insegurança foi demonstrado pela maioria dos participantes, sob alegação de que tiveram pouco ou nenhum contato com o tema da implementação durante a formação inicial. Mesmo desconfiados, estavam dispostos. Os participantes começaram a folhear o produto educacional e, rapidamente, demonstraram interesse.

Conforme Tardif (2014), o repertório de saberes docentes não nasce pronto, ele é dinâmico, construído com os novos conhecimentos agregados gradativamente em evolução. A troca de experiências entre pares e a própria reflexão coletiva da prática docente individual em busca de aprimoramento foram muito envolventes. Eles conversavam entre si e com o pesquisador em cada tópico. Ao ouvirem os relatos uns dos outros de forma próxima e nas expressões dos pares, frente às dificuldades do enfrentamento diários da problemática das drogas e da violência escolar, puderam se manifestar e até mesmo desabafar. Perceberam que a insegurança para tratar do assunto não era uma dificuldade individual e exclusiva, mas que atingia a maioria. Diante disso, surgiram oito reflexões.

A primeira reflexão do coletivo participante ocorreu no módulo "Abordagens para estimular o pensamento". Nas respostas preliminares, muitos revelaram dificuldades em tratar do assunto. Quando foi apresentado na cartilha que a prevenção pode, e deve, ocorrer transversalmente de diversas formas e em diferentes atividades pedagógicas, os docentes viram que não era algo impossível de ser realizado. Os participantes entenderam que qualquer disciplina pode tratar o tema. Constatou-se, assim, a superação da barreira descrita por Moreira, Vóvio e De Michelli (2015), quando muitos docentes acreditam que a prevenção é papel exclusivo da polícia, da família ou da área da saúde. A cartilha pode se configurar como um material para devolver aos docentes a autoconfiança e o protagonismo pedagógico.

A segunda reflexão aconteceu no debate sobre o conceito científico classificatório das drogas psicotrópicas, sem o viés do senso comum fundada na licitude ou ilicitude. Após o assunto ser visualizado na cartilha, explanado e discutido na roda de conversa, de acordo com a classificação técnica e científica, foi possível constatar uma mudança de compreensão. Na interação, um participante mencionou que achava “que por vender em qualquer lugar não seria droga”. Outro participante relatou que seus alunos já chegaram a comentar que fumar narguilé é inofensivo porque a garrafa com água filtrava as substâncias nocivas contidas no tabaco. Com o produto educacional, essas informações foram desconstruídas.

A terceira reflexão ocorreu na percepção de que a cartilha e a roda de conversa promoveram uma desconstrução de opiniões preconcebidas. O senso comum apareceu em diversos momentos e foi cedendo espaço ao evidenciado em pesquisas científicas. Os participantes puderam compreender que discursos meramente moralistas e punitivistas, como "não use, porque faz mal ou porque é proibido”, têm pouco apego com a juventude, ressignificando seus conhecimentos. A ciência precisa ser usada como escudo protetor, desconstruindo mitos e demonstrando fatos e consequências aos alunos.

A quarta reflexão aconteceu quando se abordou a inter-relação entre as drogas e a violência escolar. Esse momento foi o de maior participação do coletivo, favorecendo um debate formativo de ambiente reflexivo. Houve unanimidade em comentários conectando as drogas à violência escolar.

Na quinta reflexão, os participantes relataram dificuldades atuais na docência ocasionadas pela violência escolar, incluindo o uso de drogas por alunos. Os relatos abordaram que esse cenário atrapalha não só a saúde do aluno, mas o próprio

ambiente escolar, o ensino e a aprendizagem. Os apontamentos não estavam ligados a grandes ataques nas escolas ou a brigas intensas, mas, sim, à violência do cotidiano. Essas microviolências podem ser entendidas como a falta de respeito dos "marmanjões", as incivilidades rotineiras e o bullying. Os docentes compartilharam que até mesmo insultos silenciosos via aplicativos de mensagens (cyberbullying) e o desgaste contínuo na tentativa de manter a autoridade em sala de aula são causadores de acentuado desgaste mental. Todos os participantes relataram que a violência escolar é decisiva no adoecimento laboral docente.

Na sexta reflexão, o coletivo debateu a escola enquanto promotora da violência, sobretudo, quando gerida de forma autoritária, nos prédios sem manutenção, na ausência de espaços humanizados de convivência, na carência de solução dialógica dos conflitos, entre outros. Assim, reconheceram que a escola também pode produzir e reproduzir violências.

O reconhecimento pelo grupo possibilitou aprofundamento do problema ligado à violência escolar, cuja sétima reflexão abordou o enfrentamento que a prevenção exige: a promoção de um ambiente acolhedor, com regras claras e transparentes, escuta e mediação de conflitos.

Por fim, a oitava reflexão contemplou a abordagem legal na cartilha, mostrando que a LDB, a BNCC e a Lei do Bullying disciplinam e ajudam na compreensão sobre prevenção às drogas, enfrentamento às violências, inclusive, ao ciberbullying, cultura da paz e desenvolvimento do autocuidado.

Portanto, ao final da implementação, a percepção do pesquisador foi de que o coletivo passou de desconfiado no início para motivado após a intervenção. A cartilha se mostrou muito mais que um material consultivo, passando a ser encarada como uma ferramenta de trabalho útil para a prática docente.

Na sequência, passa-se para o terceiro e último momento de análise: os resultados do Questionário II – final, preenchido pelos participantes após a implementação. De modo geral, os resultados evidenciam um salto na modificação da percepção de autoeficácia, no domínio do conteúdo, na receptividade da cartilha e da modalidade da capacitação. Entre os 24 participantes, 22 preencheram o questionário.

Na análise sobre o formato e a condução do curso, 73% dos participantes consideraram-nos "excelente" e 27% "bom". Já o produto educacional teve avaliação ainda melhor: 82% consideraram-no "excelente" e 18% "bom". Quanto à metodologia

dialógica utilizada, 100% consideraram-na "muito eficiente". Sobre o Estado promover mais cursos de capacitação sobre a temática, 100% afirmaram que “sim”.

Outro impacto transformador e com maior potencial de perenidade para o clima e a cultura escolar reside na avaliação sobre a relevância e o protagonismo intelectual e moral dos docentes após a implementação do produto. A avaliação quanto à importância da cartilha para a formação docente atingiu nota 10 para 59% dos participantes, nota 9 para 23%, nota 8 para 5% e nota 7 para 9% – 4% não responderam. A avaliação quanto à motivação para planejar e para aplicar as atividades sobre a temática na prática docente registrou: nota 10 para 55% dos participantes, nota 9 para 32%, nota 8 para 5% e nota 5 ou nota 6 para 9%. A avaliação quanto à crença de que o docente exerce papel fundamental na prevenção registrou: nota 10 para 46% dos participantes, nota 9 para 9%, nota 8 para 36%, nota 7 para 5% e nota 5 ou nota 6 para 5% dos participantes.

Portanto, houve ressignificado na compreensão motivacional dos docentes. No mesmo raciocínio, foi possível constatar que a maioria dos docentes mudou a forma de enxergar-se a si próprio, sobretudo, na prática docente, ou seja, passou a se ver como agente fundamental na prevenção às drogas e à violência escolar, como protagonista e vetor de transformação.

O questionário aplicado após a implementação mensurou a confiança dos educadores, solicitando, em uma escala de zero a dez, que se autoavaliassem na "capacidade em replicar o conteúdo de prevenção". Para 23% dos participantes, a avaliação da capacidade de reaplicação dos conteúdos referentes à droga e à violência escolar foi de nota 7; para 27%, essa capacidade foi de nota 8; para 32%, a avaliação da capacidade de reaplicação foi de nota 9; por fim, 18% consideram-se totalmente aptos e capacitados para a reaplicação dos conteúdos em sala de aula. Nesse ponto fica evidente a relevância da formação continuada, conforme demonstrado na literatura, como ferramenta necessária para preencher as lacunas entre a formação inicial e as exigências concretas do cotidiano escolar.

Após a formação com participação coletiva nas discussões, 91% dos docentes avaliaram sua nova formação como “excelente” ou “boa”. Esse salto revela que a formação é capaz de restaurar a confiança docente em sua capacidade de intervir positivamente no desenvolvimento dos alunos, mesmo diante de temas tão sensíveis. Os resultados reforçam que a formação continuada deve ser entendida como um movimento de emancipação docente.

Os participantes compreenderam o papel docente como fundamental na condução de pautas de mediação dentro da temática, que requer conhecimento, preparo contínuo, pesquisas e análise de boas práticas, e não apenas vilanizar o adolescente. Notas concentradas entre sete e nove assinalam a conversão da visão inicial em um senso de precaução metodológica, discernimento científico e respeito profissional diante de uma matéria social sensível.

Portanto, os achados proporcionaram uma ressignificação da identidade profissional do docente e o restabelecimento da eficácia, tornando a "Cartilha sobre Prevenção às Drogas e à Violência Escolar" (Alonso Filho, 2026) um valioso escudo de proteção à infância, à juventude e ao próprio trabalho docente.

Considerações finais

Esta pesquisa propôs-se investigar e intervir em um dos fenômenos mais complexos e desafiadores do ambiente escolar contemporâneo: a inter-relação entre o uso de drogas e a violência escolar. Ao longo deste percurso investigativo, partiu-se da premissa de que a escola não é apenas um espaço de reprodução de saberes, mas um território de convivência, formação cidadã e, fundamentalmente, de prevenção e de proteção.

A pesquisa identificou as produções teóricas acerca da temática e construiu o arcabouço da literatura existente, incluindo a classificação científica das drogas psicotrópicas e as raízes culturais e simbólicas da violência escolar.

O desenvolvimento e a implementação do produto educacional ocorreram em uma escola pública estadual paranaense por meio da capacitação de docentes em formação continuada, na qual a adoção do formato de roda de conversa com o apoio da cartilha permitiu uma capacitação dialógica que disponibilizou aos professores estratégias educacionais concretas. Com isso, enfatizou-se o papel docente fundamental de educar para a saúde e para os direitos humanos.

Os resultados dialogaram com a literatura e evidenciaram lacunas na formação docente, configurando um cenário inicial de carências teórica e metodológica. Constatou-se defasagem na formação, pois a esmagadora maioria dos professores declarou ter tido pouco ou nenhum contato com a temática violência escolar e prevenção às drogas durante a formação inicial e a formação continuada. Esse dado reflete que os currículos priorizaram saberes disciplinares clássicos, onde

as matérias têm núcleos duros e próprios em detrimento de temas transversais urgentes. Como reflexo dessa observação, a maioria dos docentes participantes avaliou sua formação acadêmica inicial sobre o tema como regular, ruim ou péssima.

Outra lacuna revelada foi a confusão conceitual sobre as drogas, uma vez que expressiva parcela dos participantes não reconheceu substâncias como bebidas alcoólicas, tabaco, cigarro eletrônico e o narguilé como drogas psicotrópicas. Essa confusão gera um perigo prático iminente, pois não confere ao docente argumentos teóricos científicos necessários para desconstruir os apelos mercadológicos, sociais e familiares junto aos estudantes, que muitas vezes são levados ao uso de substâncias por desconhecimento de seus malefícios, mesmo diante de sua licitude.

Apesar da carência formativa, os achados da pesquisa revelaram uma categoria profissional de participantes com lucidez empírica sobre a gravidade do problema, ou seja, quanto ao prejuízo que as drogas e a violência escolar causam ao ensino, à aprendizagem e ao desempenho dos alunos. Nesse contexto, a pesquisa evidenciou que os docentes participantes têm prejuízos laborais significativos, com desgaste e adoecimento provocado pelas incivilidades e violências diárias no ambiente de trabalho. Um achado promissor foi a resiliência da crença na escola, enquanto instituição, e na educação como vetor de prevenção.

Após a implementação, observou-se uma ressignificação de conhecimentos e até da identidade profissional. A avaliação subjetiva das suas próprias capacidades saltou significativamente. A implementação demonstrou que metodologias ativas e materiais adequados são capazes de suprir as falhas de formação. Além disso, revelou a cartilha como um instrumento didático viável e transformador para a capacitação continuada docente.

A intervenção demonstrou que a orientação pedagógica menos punitivista e mais focada em literatura científica, as boas práticas e as “dicas ao professor” cooperaram nesse avanço. Ao abandonar abordagens de punição ou moralizadoras, que se mostram ineficazes e menos produtivas, os docentes terão chance de resultados melhores nas práticas. Assim, entende-se a necessidade de futuras pesquisas que contemplem a violência escolar, sobretudo, por meio do papel docente. Nesse sentido, a formação inicial e a formação continuada se configuram espaços fundamentais para o enfrentamento ao fenômeno.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília, DF: UNESCO, 2002.

ALONSO FILHO, João Manoel Garcia. **Cartilha sobre prevenção às drogas e à violência escolar**. Produção Técnica Educacional (Mestrado Profissional em Ensino). Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2026.

ALVES, Audrei de Oliveira; SPANIOL, Bárbara; LINDEN, Rafael. Canabinoides sintéticos: drogas de abuso emergentes. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 142-148, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/4RtqDCJQyFvx8z5VhYx3YdN/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ARAÚJO, Josef Talson Teixeira de; RIBEIRO, Gabriel. Prevenção ao uso abusivo de drogas: uma análise focalizada no papel da escola e de seus atores. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade – REED**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 5, p. 1-24, jul./set. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/9549>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BEZERRA, Adriano Alves; CONCEIÇÃO, Dário César de Oliveira; MAIA, Renan Pires; SILVA, Jaiurte Gomes Martins; SILVA, Girliane Regina; LIMA, Aline Guedes. Consumo de drogas na escola: uma reflexão crítica acerca das respectivas implicações. **Temas em Saúde**, [S. l.], v. 20, n. 3, 2020. Disponível em: https://temasemsaude.com/ts/article/view/314. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF,1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm>. Acesso em: 1 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019**. Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13840.htm>. Acesso em: 1 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024**. Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm>. Acesso em: 7 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Subsistema de Alerta Rápido sobre Drogas – SAR: segundo informe**. Brasília, DF: SENAD, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/subsistema-de-alerta-rapido-sobre-drogas-sar/segundo-informe-sar-07-03-2022_mps.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2025.

CEBRID, CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. **Livreto informativo sobre drogas psicotrópicas**. 5. ed. Brasília, DF: SENAD; UNIFESP, 2010. Disponível em: <https://www.cebrid.com.br/wp-content/uploads/2012/12/Livreto-Informativo-sobre-Drogas-Psicotr%C3%B3picas.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2025.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/fDDGcftS4kF3Y6jfxZt5M5K/?format=pdf&lang=pt acesso em: 21 mai. 2025

COSTA, Geovane Macedo da. **Roda de conversa como recurso pedagógico na escola**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2023. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/474d3003-01dc-4b5b-aa90-3eb7ff2c4504/content>. Acesso em: 02 dez. 2025.

DINIZ, Beatriz Ferreira et al. Abordagem sobre bullying, drogas e violência com adolescentes na escola. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 3454–3460, 2019. DOI: 10.34119/bjhrv2n4-107. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/2389. Acesso em: 30 mar. 2025.

D'ORAZIO, Wilcker Pereira Silva et al. Uso de drogas e desempenho escolar entre jovens e adolescentes do ensino médio de uma escola pública de Pires do Rio – GO. **Holos**, Natal, v. 29, n. 5, p. 305-314, 2013. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1479/745>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FANTE, Cléo. **O fenômeno Bullying.** Campinas, SP: Verus, 2005.

FLÔRES, Fabrine Niederauer; VISENTINI, Danielle Machado; FARAJ, Suane Pastoriza; SIQUEIRA, Aline Cardoso. Cyberbullying no contexto escolar: a percepção dos professores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 26, e226330, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/h7Z9LHtRc67rs WrqmXXpn3w/abstract/?lang=pt acesso em: 18 jun. 2025.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de Ensino da CAPES: o que há além da forma? **Revista Educação Profissional e Tecnológica em Revista,** [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1-20, 2021. Disponível em: https://revistas.ifes.edu.br/index.php/ept/pt_BR/article/view/1229 acesso em: 18 jun. 2025.

GALUCH, Maria Terezinha Bellanda et al. **Bullying e preconceito não são brincadeira:** reflexões sobre a violência escolar. São Paulo: Benjamin Editorial, 2020. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/505989396/Bullying-e-Preconceito-Nao-Sao-Brincadeira-1>. Acesso em: 28 abr. 2025.

INCA, INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER**. Dispositivos eletrônicos para fumar**. Rio de Janeiro: INCA, 2024. Disponível em: <https://ninho.inca.gov.br/jspui/bitstream/123456789/16707/1/Dispositivos%20eletronicos%20para%20fumar.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2025.

INCA, INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Narguilé: o que sabemos?** Rio de Janeiro: INCA, 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//narguile-o-que-sabemos.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2025.

INCA, INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Parece inofensivo, mas fumar narguilé é como fumar 100 cigarros**. Rio de Janeiro: INCA, 2018. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/folhetos/parece-inofensivo-mas-fumar-narguile-e-como-fumar-100-cigarros>. Acesso em: 23 abr. 2025.

KLEIN, Tania Aparecida da Silva; MÔNACO, Beatriz Nazo; SANTOS, Giovanna Ivy Prado; SILVA, Bruna Alves da; ZÔMPERO, Andreia de Freitas. Hábito de tabagismo entre adolescentes de escolas brasileiras. **Revista Sustinere**, v. 2, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/60177> Acesso em: 30 mai. 2025.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, p. e023141, 2023. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958. Acesso em: 11 jun. 2026.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Mudanças no uso do tabaco entre adolescentes brasileiros e fatores associados: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 9, e28992023, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9cDVYy9GGb7LyrCQpWfBPpJ/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

MOREIRA, André Luiz de Carvalho; VÓVIO, Cláudia Lemos; DE MICHELI, Denise. Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 403-418, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/wjPTbvr3DKY9FCpLZPCdt8M/>. Acesso em: 01 set. 2025.

PINTO, Carmem Lúcia Lascano; BARREIRO, Cristhianny Bento; SILVEIRA, Denise do Nascimento. Formação continuada de professores: ampliando a compreensão acerca deste conceito. **Revista Thema,** Pelotas, v. 7, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/19>. Acesso em: 13 set. 2025.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Rev. Diálogo Educ.** [online]. 2009, vol.09, n.26, pp.161-179. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v09n26/v09n26a12.pdf acesso em: 13 set. 2025.

SCHILLING, Flávia. **A sociedade da insegurança e a violência na escola**. São Paulo: Moderna, 2004,

SERENAS. **Escolas ON, Violências OFF:** Educação para Segurança Online de Meninas. [Brasília, DF]: Escola Virtual de Governo, 2025. Curso online. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1341>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SILVA, Debora Cavalcante da. **Estudo sobre a prevenção do uso indevido de álcool e outras drogas em um instituto federal de educação no estado de São Paulo**. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsp.edu.br/server/api/core/bitstreams/a710e565-b8ab-47a8-b5ca-6cb4290afb2e/content>. Acesso em: 24 out. 2025.

SILVA, Elizângela Napoleão da; ROSA, Ester Calland de S. Professores sabem o que é bullying? Um tema para a formação docente**. Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, n. 2, p. 329–338, jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/rCfxgt8FSpvfw8WYmV8sWmg/. Acesso em: 01 set. 2025.

SILVA, Gabrielly Manesco da. **Relações entre o cyberbullying, suporte familiar e a depressão no Ensino Fundamental II**. 2023. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023. Disponível em: <https://www.ppedu.uel.br/pt/mais/dissertacoes-teses/dissertacoes/category/25-2023?download=525:felippe-gabrielly-manesco>. Acesso em: 01 set. 2025.

SILVA, Jorge Luiz da et al. Bullying na sala de aula: percepção e intervenção de professores. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p. 121-137, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v65n1/v65n1a09.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21–44, 2017. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099 acesso em: 17 jun. 2025.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan./jun. 2001. DOI: 10.1590/S1517-97022001000100007.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNODOC, ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME. **JIFE: cada dólar gasto em prevenção pode economizar até dez dólares**. Viena: UNODC, 2014. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2014/03/04-incb-every-dollar-spent-on-prevention-can-save-up-to-ten-dollars.html>. Acesso em: 24 maio 2025.

VALENTE, Mariana**. Misoginia na internet:** uma década de disputas por direitos. São Paulo: Fósforo, 2023.

ZEQUINÃO, Maria Aparecida et al. Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 181-189, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/KXkVpC6h4HGX3P4syQ9KQbr/?lang=pt>. Acesso em: 6 mai. 2025.